

“Ideologia de gênero” na produção acadêmica brasileira recente

Daniela Rezende¹

Aruna Sol²

Resumo

O objetivo deste artigo é desenvolver um estado da arte da produção acadêmica brasileira sobre a expressão “ideologia de gênero”. Com as contribuições de Kuhar e Patternotte (2017), Miskolci (2017), Junqueira (2018), Corrêa (2018) e Machado (2018) foi apresentado um histórico do termo, desde quando foi cunhado em documentos da Igreja Católica até vir a se tornar categoria acionada por movimentos antigênero transnacionalmente. A pesquisa se baseia na análise de conteúdo dos resumos de um total de cinquenta e seis artigos publicados em periódicos nacionais. A análise e categorização do corpus foi feita com ajuda do software Iramuteq. Foi observado que a maior parte das publicações acadêmicas produzidas convergem com o período em que o tema teve maior visibilidade no espaço público, em 2018, sendo concentradas em torno das disputas sobre políticas educacionais, como os planos nacional e municipais de educação e o projeto Escola Sem Partido. Há trabalhos com o objetivo de traçar genealogias do ativismo antigênero organizados a partir do sintagma “ideologia de gênero”, outros relacionam influências e convergências do ativismo cristão com o ativismo antigênero. A pesquisa evidenciou ainda que inexistem trabalhos comparativos do contexto brasileiro com outros países, uma lacuna importante, dado o caráter transnacional dos movimentos antigênero.

Palavras-chave: Ideologia de gênero. Estado da arte. Periódicos nacionais.

“Gender ideology” in recent Brazilian academic production

Abstract

The objective of this article is to develop a state of the art of Brazilian academic production on the expression “gender ideology”. With the contributions of Kuhar and Patternotte (2017), Miskolci (2017), Junqueira (2018), Corrêa (2018) and Machado (2018) we present a history of the term, from when it was coined in documents of the Catholic Church until it became a category triggered by transnational anti-gender movements. The research is based on the content analysis of the abstracts of a total of 56 articles published in Brazilian peer-reviewed journals. The corpus’ analysis and categorization was carried out with the help of the Iramuteq software. It was observed that most academic publications converge with the period in which the topic had greater visibility in the public space, in 2018, being concentrated around disputes over educational policies, such as the national and municipal education plans and the Escola Sem Partido project. There are works with the objective of tracing genealogies of organized anti-gender activism based on the phrase “gender ideology”, others relate influences and convergences of Christian activism with anti-gender activism. The research also showed that there are no comparative articles, an important gap, given the transnational character of anti-gender movements.

1 Doutora em Ciência Política. Professora no Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Ouro Preto. É membro do Núcleo interdisciplinar de Estudos de Gênero/UFV e do Núcleo de Estudos em Violência e Direitos Humanos/UFJF.

2 Graduado em Ciências Sociais. Foi bolsista de iniciação científica (CNPq).

Keywords: State-of-the-art. Gender ideology. Brazil.

Introdução

Este artigo tem como objetivo desenvolver um estado da arte da produção acadêmica brasileira sobre a expressão “ideologia de gênero”, termo que se tornou ponto de referência na mobilização política de grupos antigênero, que o adotam como uma categoria acusatória (Luna, 2017). Com as contribuições de Kuhar e Patternotte (2017), Miskolci (2017), Junqueira (2018), Corrêa (2018) e Machado (2018) apresentamos um histórico da expressão, desde quando foi cunhada em documentos da Igreja Católica (Kuhar e Patternotte, 2017) até vir a se tornar categoria acionada por movimentos antigênero transnacionalmente. No Brasil, esses movimentos se organizaram para barrar políticas públicas e reformas educacionais, como o Plano Nacional de Educação, que promovem a igualdade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos e da população LGBT (MACHADO, 2018). Assim, consideramos para análise parte da produção acadêmica brasileira sobre “ideologia de gênero” que aborda movimentos antigênero.

A pesquisa se baseou na análise de conteúdo dos resumos de um total de cinquenta e seis artigos científicos, publicações em periódicos nacionais classificados no estrato A do Qualis unificado, no período de 2014 a 2020. O corpus da pesquisa foi construído a partir dos resumos dos artigos, considerando que a análise dos resumos nos permite contar uma história (dentre as muitas possíveis) da produção acadêmica brasileira sobre os movimentos antigênero (FERREIRA, 2002). A análise e categorização do corpus foi feita com ajuda do software de código aberto Iramuteq. Foram utilizadas a nuvem de palavras e a classificação hierárquica descendente (CHD).

Foi observado que a maior parte das publicações acadêmicas convergem com o período em que o tema teve maior visibilidade no espaço público, em 2018, estando concentradas em torno das disputas sobre políticas educacionais, como os planos nacional e municipais de educação e o projeto Escola Sem Partido. Inexistem trabalhos comparativos do contexto brasileiro com internacionais, essa é uma lacu-

na pois os discursos sobre ideologia de gênero ultrapassam fronteiras, e os principais temas dos artigos analisados convergem com a literatura internacional. Os temas mais recorrentes são trabalhos históricos/genealógicos, sobre a emergência do termo no Brasil e América Latina; outros se voltam ao ativismo cristão e à doutrina católica e sua relação com o ativismo antigênero; há também os que se voltam aos estudos de gênero analisando-os à luz da retórica antigênero.

O que é “ideologia de gênero?”

Kuhar e Patternotte (2017, p.5) definem “ideologia de gênero” como um discurso e uma estratégia política de caráter transnacional, que

“considera o gênero como a matriz ideológica de um conjunto de reformas éticas e sociais abomináveis, nomeadamente direitos sexuais e reprodutivos, casamento e adoção de/por pessoas do mesmo sexo, novas tecnologias reprodutivas, educação sexual, transversalidade de gênero, proteção contra a violência de gênero e outros”³

O termo operaria, segundo os autores, como um quadro interpretativo ou um significante vazio que permitiria a distintos atores, tais como políticos, membros de organizações religiosas, associações contra o aborto e defensoras da família tradicional, organizar uma reação às reformas mencionadas acima.

Essa definição se aproxima do argumento de Petó (2015), que afirma que a categoria gênero é acionada por movimentos antigênero como uma “cola simbólica”, uma vez que permitiria a agregação de diferentes agendas voltadas à transformação de valores e da política ocidentais, como a linguagem dos direitos humanos. Essa unificação de atores e pautas diversas operaria, segundo Kuhar e Patternotte (2017, p. 260-1), com base na defesa de três “Ns”: natureza, nação e normalidade. É nesse sentido que a ofensiva contra os direitos de mulheres e populações LGBT se aproxima de críticas ao marxismo ou comunismo, à atuação de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas, tidos como parte de um projeto neocolonial que ameaçaria valores nacionais e de um ideário populista e de extrema-direita

³ No original: “regards gender as the ideological matrix of a set of abhorred ethical and social reforms, namely sexual and reproductive rights, same-sex marriage and adoption, new reproductive technologies, sex education, gender mainstreaming, protection against gender violence and others”.

(KUHAR E PATTERNOTTE, 2017). Quinsan (2021) atenta ainda para a relação entre movimentos anti-gênero e defesa da democracia, pautada na proteção da maioria frente à atuação de grupos que tentariam impor à primeira modos de vida minoritários, o que imprimiria à “ideologia de gênero” um caráter totalitário.

Ainda, Petó (2015) argumenta que a principal arena de disputas para os movimentos antigênero é a ciência, podendo ser lidos como projetos alternativos de ciência (KUHAR E PATTERNOTTE, 2017), baseados em evidências (questionáveis) de áreas como biologia, medicina e psicologia, que atestariam o fundamento biológico do sexo, que, por sua vez, ancoraria a defesa da “família natural”, ou seja, a família nuclear heterossexual. O próprio uso do termo “ideologia” é acionado para desqualificar os estudos de gênero e sexualidade como estratégia política de minorias que tentariam impor seu modo de vida à maioria da população. Junqueira (2017, p. 11) afirma tratar-se de um sintagma, ou seja, não uma mera locução, mas rótulo ou slogan, que funciona como ponto de referência na construção e atuação de grupos, ou seja, é uma categoria de mobilização política que assume contornos de categoria acusatória. Considerando suas origens históricas, o termo “ideologia de gênero”, Junqueira (2017) afirma que este foi cunhado em documentos doutrinários da Igreja Católica, como uma estratégia católica global (KUHAR E PATTERNOTTE, 2017). Segundo Corrêa (2018), foi em meados da década de 1990 que autoridades do Vaticano identificaram como vetor de reivindicações feministas os documentos para definição de direitos humanos da ONU, enxergando ameaça à ordem moral heteronormativa nas discussões que ocorreram em eventos internacionais como a Eco92 e as Conferências Internacional sobre População, no Cairo (1994) e Mundial sobre as Mulheres, em Pequim (1995). A autora aponta que a Plataforma de Ação da Conferência de Pequim foi o primeiro documento intergovernamental em que o termo gênero foi utilizado, ainda que não tenha sido definido (CORREA, 2018, p. 7).

O termo se fundamentou em documentos elaborados pelo Papa João Paulo II e pelo então cardeal Joseph Ratzinger, voltados à defesa do sexo binário e da complementariedade entre homens e mulheres. O termo foi utilizado pela primeira vez na América

Latina na nota *La ideologia de gênero: sus peligros e alcances*, publicada pela Conferência Episcopal do Peru em 1998 (KUHAR E PATTERNOTTE, 2017; MISKOLCI E CAMPANA, 2017; JUNQUEIRA, 2017; MACHADO, 2018). ROSADO-NUNES (2017) aponta que o Papa Francisco segue fomentando essa estratégia político-discursiva contrária à ideologia de gênero, ainda que se apresente como progressista em temas como meio ambiente.

Miskolci e Campana (2017) afirmam que o Documento de Aparecida, fruto da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe em 2007, intensificou as ofensivas antigênero na América Latina, uma vez que define uma agenda comum para o combate à “ideologia de gênero” e em defesa da família tradicional. A Igreja Católica e organizações não-governamentais “pró-vida” se uniram contra a descriminalização do aborto, o reconhecimento de casais homossexuais e a inclusão de educação sexual nas escolas. Kuhar e Patternotte (2017) dizem que a Igreja Católica atua como produtora de discursos antigênero e também como catalisadora de organizações e movimentos de base, promovendo grandes mobilizações e apoiando o desenvolvimento de redes de difusão dessa doutrina. No Brasil, além da atuação da Igreja Católica, destacam-se denominações evangélicas como a Assembleia de Deus, como atores antigênero ativos e articulados em diferentes arenas, como a política institucional (ALMEIDA, 2017; MACHADO, 2018; REZENDE et. al., 2020; QUINSAN, 2021).

Tais movimentos se utilizam de uma estratégia de vitimização, segundo Kuhar e Patternotte (2017), em que se apresentam como representantes de grupos oprimidos e defensores de valores nacionais e tradicionais que estariam sendo ameaçados. Há ainda o uso de imagens de crianças inocentes que estariam ameaçadas pela “ideologia de gênero”. Esses recursos se conjugam, formando pânicos morais, “mecanismos políticos conscientemente estabelecidos em momentos críticos específicos com o objetivo de preservar o status quo” (KUHAR E PATTERNOTTE, 2017, p. 265). Miskolci (2007), a partir de Cohen (1972), afirma que pânicos morais são reações a rupturas de padrões normativos por comportamentos “desviantes”, operando como uma estratégia de controle social.

Pânicos morais conformariam, de acordo com

Kuhar e Patternotte (2017) uma política do medo, que opera a partir da identificação (e tentativas de neutralização) de “bodes expiatórios”, geralmente minorias, e na “arrogância da ignorância”, que operaria como uma espécie de resposta aos pânicos morais criados, mobilizando uma espécie de pensamento pré-moderno, ancorado no senso comum, como reação. As formas de ação desses grupos são variadas e incluem manifestações, abaixo-assinados, judicialização, lobby, produção de conhecimento, política partidária e eleitoral, incitação à vigilância e humilhação pública de alvos. Esse repertório amplo também se apresenta na América Latina, segundo Mikolsci e Campana (2017, p. 5):

A partir de diversas ações políticas (como lobby legislativo ou denúncias a funcionários públicos), jurídicas (como a apresentação de ações judiciais em que usam argumentos legais e “científicos” sobre os perigos da “ideologia de gênero” para a sociedade) e midiáticas (através de manifestações públicas, programas de rádio e televisão ou congressos “acadêmicos”) instalam nas discussões públicas os “perigos sociais” que representariam essa “ideologia”.

Considerando os marcos temporais associados à emergência de campanhas antigênero, Scott (2012), Kuhar e Patternotte (2017) e Kóvatz e Põim (2015) destacam os anos 2000 como o ponto de inflexão em países europeus, em que tais campanhas ganharam força, principalmente fazendo oposição a políticas educacionais, direitos sexuais e reprodutivos e direitos de populações LGBT, como o chamado “casamento gay”. Miskolci e Campana (2017) afirmam que na América Latina as mobilizações antigênero foram reações a reformas educacionais e legais. No Brasil, foi em meados dos anos 2000, durante o governo Lula (2003-2010) que houve as primeiras iniciativas que operaram como gatilhos dos movimentos antigênero.

Maria das Dores Machado (2018, p. 6) aponta que a implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, do governo de FHC, permitiu que feministas e LGBTs levassem seus debates para dentro das agências governamentais através da ampliação do programa, em 2002. Para esta ampliação foram realizadas diversas conferências, audiências públicas e reunião de comissão para temas como aborto e existência LGBT+. A criação da Secretaria

de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), em 2004, deu as bases para implementação de políticas educacionais por direitos humanos (MISKOLCI, 2017, p.737). Programas como “Brasil sem homofobia” e outros com a discussão voltada para promoção de igualdade de gênero e sexualidade causaram conflito entre representantes do legislativo com posicionamentos religiosos. (MISKOLCI, 2017; MACHADO, 2018)

A aprovação do Plano Nacional dos Direitos Humanos, do fim de 2009, foi um marco no acirramento dos conflitos morais no Congresso (MISKOLCI, 2017 apud MACHADO, 2018). Além disso, no ano seguinte, 2010, houve a proposta para o novo Plano Nacional de Educação, em que um dos objetivos era a ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual. Segundo Machado (2017), este destaque gerou mobilização entre parlamentares evangélicos e católicos, bem como fiéis da sociedade civil, que fizeram com que as referências a gênero e orientação sexual fossem retiradas do Plano antes deste ser sancionado, em 2014 (p. 7). Machado (2018) aponta ainda que, durante os anos em que o projeto do Plano tramitava, foram realizados diversos eventos para difundir o discurso contra a “ideologia de gênero” entre legisladores e fazer com que projetos de leis com perspectiva de gênero para a educação fossem barrados.

Além disso, segundo Miskolci (2017) o reconhecimento de que a união entre casais homossexuais tem o mesmo status do casamento heterossexual, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011, popularizou ainda mais a polêmica em torno do sintagma, pois este marco despertou especial reação de políticos neopentecostais, como os da Frente Parlamentar Evangélica. Desde 2010, estes já se mobilizavam contra o material didático do programa “Escola sem homofobia”, apelidado pelos conservadores de “kit gay”. Após a forte oposição, a distribuição deste foi vetada pela presidenta Dilma Rousseff. (MISKOLCI, 2017, p. 738)

Em 2013, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara passou a ser controlada por um deputado neopentecostal, o Pastor Marco Feliciano (PSC/SP), membro da Assembleia de Deus, o que fortaleceu politicamente os religiosos no contexto de crescente contestação conservadora frente ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de

LGBT do mesmo ano e, em 2014, ao Plano Nacional de Educação. (Miskolci, 2017, Machado, 2018) Em 2015, a bancada evangélica conquistou a presidência da Câmara com a eleição do deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), vinculado à Assembleia de Deus/Ministério de Madureira, responsável pela mobilização de uma agenda contrária aos direitos sexuais e reprodutivos e àqueles relacionados à cidadania LGBT (MACHADO, 2018).

Em 2016, foi criada uma comissão na Câmara dos Deputados para discutir o projeto Escola Sem Partido, criado com o objetivo de evitar “doutrinação ideológica” nas escolas, que supostamente imporiam uma educação moral e sexual para as crianças. (MACHADO, 2018; MISKOLCI, 2017) Um dos objetivos do projeto, que se refere à defesa da liberdade dos pais em dar uma educação aos filhos de acordo com suas convicções, uniu atores políticos religiosos e conservadores pela defesa do mesmo⁴ (MACHADO, 2018, p. 11).

Todavia, segundo Machado (2018), não é apenas no Congresso em que se testemunha essas articulações. Na sociedade civil, católicos e pentecostais se mobilizam para alertar os fiéis contra as ameaças da “ideologia de gênero”, por meio de palestras e distribuição de material impresso. Além disso, a autora aponta como não são escalados apenas lideranças com cargos eclesiais para ministrar tais palestras, mas também militantes fiéis do sexo feminino, muitas delas jovens, cuja presença é estratégica para combater o discurso feminista e o argumento de que as igrejas estão permeadas pelo machismo.

Essa breve apresentação nos permite situar a pesquisa de estado da arte que deu origem a esse artigo. A análise está circunscrita ao tema “ideologia de gênero” tal como mobilizado pelos movimentos antigênero que emergem no espaço público brasileiro em meados de 2010. Tais movimentos se voltam especialmente às políticas públicas de educação, aos direitos LGBT e aos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na regulação do aborto. Assim, diferentemente da análise desenvolvida por Silva (2018), partimos de uma definição mais específica do termo

para então procedermos à elaboração do estado da arte. Os procedimentos adotados na pesquisa estão detalhados a seguir.

Metodologia

Com o objetivo de mapear os significados que a expressão “ideologia de gênero” tem assumido na produção acadêmica nacional, Silva (2018) elaborou revisão sistemática de vinte e seis textos (artigos de opinião, capítulos de livro, artigos acadêmicos, leis, trabalhos publicados em anais de eventos científicos, reportagens, materiais doutrinários) . O autor identificou três significados gerais: o machismo e a LGBTfobia como ideologia de gênero, que se refere ao uso da expressão como sinônimo de conjunto de ideias, valores, princípios relacionados aos significados atribuídos ao masculino e ao feminino; ideologia de gênero como um “prelúdio do apocalipse moral”, significado que predomina nos textos de atores religiosos e políticos (especialmente no âmbito do poder legislativo) que se mobilizaram em ações e movimentos antigênero; ideologia de gênero como falácia propagada por movimentos antigênero com o objetivo de evitar o avanço dos direitos de mulheres e da população LGBT, enquadramento que é recorrente nos textos de pesquisadoras e pesquisadores vinculados/as ao campo de estudos de gênero, feminismos e sexualidades.

Considerando as diversas acepções do termo identificadas por Silva (2018), optamos por restringir a pesquisa à produção acadêmica nacional sobre os movimentos antigênero no Brasil contemporâneo, que adotam o termo “ideologia de gênero” como uma categoria acusatória contra os estudos, teorias e políticas públicas relacionadas à gênero e sexualidade. Nesse sentido, trabalhos que incluíam a referida expressão com significados distintos desse não foram incluídos na análise. Além disso, definimos por trabalhar apenas com artigos publicados em periódicos nacionais, o que levou à exclusão de traduções, apresentações de dossiê e artigos publicados em periódicos portugueses.

4 Não é por acaso que o projeto de lei Escola sem Partido, proposto pelo deputado Miguel Nagib em 2004, ganhou força. Segundo o próprio autor do projeto de lei, “A tentativa do MEC e de grupos ativistas de introduzir a chamada ‘ideologia de gênero’ nos planos nacional, estaduais e municipais de educação - o que ocorreu, principalmente, no primeiro semestre de 2014 e ao longo de 2015 - acabou despertando a atenção e a preocupação de muitos pais para aquilo que está sendo ensinado nas escolas em matéria de valores morais, sobretudo no campo da sexualidade”. Ver: (<http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>). Acesso em 11mar2021.

Outra escolha que orientou a construção do corpus foi a opção por trabalhar apenas com os resumos dos artigos. Essa escolha se fundamenta no fato de o resumo ser um gênero textual específico, que traz uma “apresentação sintética e seletiva das ideias de um texto” (MEDEIROS, 2009, p. 128), permitindo acessar as principais ideias nele veiculadas. Espera-se, portanto, que em meio à heterogeneidade dos resumos diante dos diferentes formatos utilizados em periódicos distintos, que informações básicas como o tema da pesquisa, seu objetivo, metodologia e resultados e conclusões sejam informações usuais e fundamentais em um resumo. Nesse sentido, como argumenta Ferreira (2002), a análise dos resumos nos permite contar uma história (dentre as muitas possíveis) da produção acadêmica brasileira sobre os movimentos antigênero, “como elos de uma cadeia de comunicação verbal da esfera acadêmica” (FERREIRA, 2002, p. 270).

Para a construção do corpus da pesquisa, foi realizada uma busca por artigos publicados em periódicos acadêmicos nacionais disponíveis nas plataformas Google Acadêmico e *Web of Science*. A expressão de busca utilizada foi “ideologia de gênero”. O critério para a seleção dos trabalhos foi a menção (no título, resumo ou corpo do texto) ao termo “ideologia de gênero”. A pesquisa foi realizada entre 6 e 11 de março de 2020 para os artigos. Inicialmente, foram identificados 96 artigos. Desses, foram analisados 60 documentos, considerando apenas aqueles que apresentaram resumos e que foram publicados em periódicos classificados no estrato A (A1 a A4) no Qualis unificado⁵, de forma a incluir na análise publicações com maior potencial de visibilidade, circulação e acesso. A padronização também permite trabalhar com um conjunto menos heterogêneo de textos. Ao todo, foram analisados 56 artigos.

Adotamos a análise de conteúdo com auxílio do Iramuteq para análise do corpus. A análise de conteúdo, segundo Pêcheux (1973, p. 43 apud FRANCO, 2005, p. 10) “trabalha a palavra” procurando “conhecer aquilo que está por trás das palavras sob as quais se debruça”, ou seja, os valores, opiniões, sentimentos e representações de atores sociais acerca de um tema

ou situação. Esse método permite, pois, descrever, analisar e interpretar os textos/resumos, na medida em que se volta: ao tipo de texto analisados e a seu conteúdo manifesto (mensagem); às condições de produção dos mesmos (contexto); à caracterização de seus emissores, considerando variáveis relacionadas à sua vinculação institucional, periódico e ano de publicação ou defesa dos trabalhos analisados. Dessa forma, a presente pesquisa pode ser classificada como interpretativa, baseando-se na triangulação de técnicas quantitativas e qualitativas ancoradas no método da análise de conteúdo.

O processo de categorização, “ponto crucial da análise de conteúdo” (FRANCO, 2005, p. 57) foi desenvolvido a posteriori, ou seja, as categorias foram construídas a partir dos discursos analisados, com o auxílio do Iramuteq⁶, software gratuito ancorado no ambiente estatístico do software R. Ele possibilita diferentes tipos de análise de textos, como a lexicográfica, cálculos da frequência de palavras e análises multivariadas, como a classificação hierárquica descendente, que permite a construção de categorias temáticas a partir do teste de associação qui-quadrado (CAMARGO E JUSTO, 2013). A unidade de análise considerada na pesquisa é a palavra, dado que o Iramuteq é um software de análise lexical, e as unidades de contexto são as frases em que as palavras são mobilizadas. A utilização de softwares em pesquisas qualitativas é atualmente um dos modos de aproximação entre as metodologias quantitativas e qualitativas, por ser possível a geração de estatísticas e análise de grandes volumes de dados em curtos espaços de tempo. Além disso, como aponta Cervi (2018), o recurso ao Iramuteq permite aproximar as categorias analíticas ao conteúdo do texto, “reduzindo a subjetividade na definição do corpus empírico e aumenta a possibilidade de replicar a técnica” (p. 1).

Dentre as análises disponíveis no Iramuteq, utilizamos duas: a nuvem de palavras e a classificação hierárquica descendente (CHD). A nuvem de palavras é um gráfico descritivo, construído a partir das frequências das palavras no *corpus*. Segundo Camargo e Justo (2013, p. 516), trata-se de “uma análise lexical mais simples, porém graficamente bastante in-

5 Apesar de não ter sido adotado oficialmente o novo Qualis ou Qualis unificado circulou amplamente na comunidade acadêmica. Pelo fato de unificar a classificação dos periódicos avaliados, o documento permite comparar publicações de distintas áreas do conhecimento. Para acessar o documento, ver: <https://portais.univasf.edu.br/prppgi/pesquisa/qualis-capes-unificado.pdf/view>. Acesso em 11mar2021.

6 Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires.

interessante, na medida em que possibilita rápida identificação das palavras-chave de um *corpus*". Já a CHD organiza as palavras em classes, a partir do teste qui-quadrado, dispondo em uma mesma classe palavras semelhantes entre si (CAMARGO E JUSTO, 2013).

Resultados e discussão

Uma primeira aproximação dos trabalhos analisados pode ser obtida a partir de frequências relativas ao ano de publicação e periódico para os artigos. Esses foram publicados entre 2014 e 2020, tendo se concentrado no ano de 2018, em que foram publicados 18 artigos sobre o tema, como mostra o Quadro 1. Os dados indicam que se trata de tema contemporâneo, voltado à análise da conjuntura recente, marcada pela emergência de movimentos antigênero em arenas como poder Legislativo, escolas, poder Judiciário, conforme histórico apresentado anteriormente. Ainda que o ativismo conservador contra direitos de mulheres e grupos LGBTQIA+ tenha origem nos anos 1990 (CORRÊA, 2018), sua organização a partir do sintagma "ideologia de gênero" se deu a partir dos anos 2010. Nesse sentido, é possível afirmar que o interesse acadêmico no tema converge com sua maior visibilidade no espaço público.

Quadro 1: Artigos sobre ideologia de gênero publicados em periódicos nacionais entre 2014-

Ano	Freq
2014	1
2015	3
2016	3
2017	11
2018	18
2019	15
2020	5
Total	56

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Google Acadêmico e Web of Science.

Os artigos foram publicados em quarenta periódicos distintos (Quadro 2), o que pode apontar para a relevância da temática em diferentes áreas do

conhecimento. Entretanto, destacam-se os periódicos das áreas de Educação, Ciências da Religião/Teologia e Estudos feministas e de gênero, com o maior volume de artigos publicados sobre o tema. As duas revistas com maior número de publicações sobre o tema são Cadernos Pagu, com sete artigos, e Revista de Psicologia Política, com quatro. Importante mencionar que os dois periódicos organizaram dossiês sobre o tema, o que certamente influenciou o volume de textos publicados sobre ideologia de gênero. Essa informação permite qualificar a anterior, de que as publicações se concentram em revistas das áreas de educação e ciências da religião, permitindo concluir que há maior difusão de artigos em periódicos dessas áreas, mas esses se concentraram nas duas revistas mencionadas anteriormente.

Quadro 2: Artigos sobre ideologia de gênero

Periódico	Freq
Agenda Política	1
Antíteses	1
Arquivos Brasileiros De Psicologia	1
Barbarói	1
Cadernos Cajuina	1
Cadernos De Pesquisa	1
Cadernos Pagu	7
Civitas-Revista De Ciências Sociais	1
Correlatio	2
Diálogos	1
Direito E Práxis	1
Educação & Realidade	1
Educação E Linguagens	1
Educação E Pesquisa	1
Educação E Sociedade	2
Educação Em Revista	2
Educação Temática Digital	1
Educação, Ciência E Cultura	2
Educar Em Revista	1
Estudos De Religião	1
Ex Aequo	1
HORIZONTE - Revista De Estudos De Teologia E Ciências Da Religião	1
Interface-Comunicação, Saúde, Educação	1
Ling. (Dis)Curso, Tubarão	1
Linguagem Em (Dis)Curso	1
Mandrágora	2
Psicologia: Ciência E Profissão	1
Reflexão E Ação	1
Revista Brasileira De Educação	2
Revista Brasileira De História Das Religiões	1
Revista Da Abem	1
Revista De Antropologia	1
Revista De Psicologia Política	4
Revista Estudos Feministas	2
Revista Fórum Identidades	1
Revista Philologus	1
Revista Tempo E Argumento	1
Sociedade E Estado	1
Teias	1
TEXTURA-Revista De Educação E Letras	1
Total	56

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Google Acadêmico e Web of Science.

Passando à análise de conteúdo, apresentamos a seguir a nuvem de palavras construída com base no corpus analisado. O tamanho das palavras é um indicador da frequência com que essas foram identificadas nos textos.

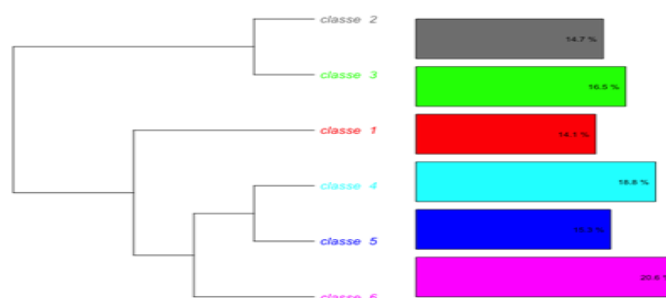


Fonte: elaboração própria a partir de dados do Google Acadêmico e Web of Science.

O Gráfico 1 indica que a palavra “como” é a mais frequente no *corpus*, o que está associado ao caráter qualitativo das investigações que deram origem aos artigos analisados, o que também pode estar relacionado à palavra discurso, também em destaque no gráfico. Interessante observar que a palavra gênero é mais frequente que o termo “ideologia de gênero”, o que pode significar que no corpus predominam pesquisas do campo dos estudos de gênero. As palavras educação, movimento, sexualidade, escola sem partido, escola, religioso, conservador e político estão fortemente relacionadas com o contexto de emergência dos movimentos antigênero no Brasil, relacionado à políticas educacionais, mais especificamente ao debate sobre o Plano Nacional de Educação, como apresentado na seção anterior.

Passando à categorização do *corpus*, que foi realizada a *posteriori* com o auxílio do Iramuteq, onde foi realizada uma classificação hierárquica descendente (CHD), que classificou 78,7% dos segmentos de texto que compuseram o corpus, atendendo

aos requisitos mínimos para validação da análise (DE OLIVEIRA SALVADOR et. al, 2018). Como mostra o Gráfico 2, o corpus foi dividido em dois subcorpora, um composto pelas classes 2 e 3 e outro formado pelas classes 1, 4, 5 e 6. Note-se que o segundo subcorpus foi particionado em outros três subcorpora, um formado pelas classes 1, outro pela classe 6 e outro pelas classes 4 e 5. Os percentuais indicam o volume de segmentos de texto classificados em cada uma das classes.



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Google Acadêmico e Web of Science.

Considerando o conteúdo das classes, temos a configuração apresentada no Quadro 3. As palavras estão ordenadas segundo sua frequência, das mais frequentes às menos e das mais associadas à classe às menos associadas.

Chama atenção a concentração das análises no contexto brasileiro, inexistindo no *corpus* analisado trabalhos de caráter comparado. Essa é uma lacuna importante, dado o caráter transnacional dos movimentos antigênero e, como aponta a publicação organizada por Kovátz e Pöim (2015), a existência de redes entre pessoas, movimentos e manifestações, em que há circulação de pessoas, textos e documentos entre diferentes países; a existência de retórica, fundações intelectuais e repertórios de ação comuns e o compartilhamento de material de divulgação/mobilização. Apesar de já existirem iniciativas voltadas ao desenvolvimento de pesquisas comparadas, vide o esforço importante do Observatório de Sexualidade e Política, essas ainda não se disseminaram no campo acadêmico brasileiro, como indicam os dados anali-

sados.

nal ou municipal.

Os artigos mais representativos desse subcor-

Subcorpus A					
Subcorpus A1	Subcorpus A2		Subcorpus A3	Subcorpus B	
Classe 6	Classe 5	Classe 4	Classe 1	Classe 3	Classe 2
envolver	direito	reação	abordar	espaço	histórico
principal	constituir	rede	utilizar	crítica	buscar
muito	ordem	noção	apontar	inclusive	plano municipal de educação
Brasil	humano	análise do discurso	estratégia	pânico moral	político
orientação	estudo	denominar	diverso	assim	emergência
igualdade	sexo	objetivo	partir	meio	condição
plano nacional de educação	natureza	ideologia de gênero	proposição	mesmo	compreensão
inclusão	mulher	debate	produzir	escolar	termo
respeito	homem	promover	educação	conteúdo	embate
educação	construção	homofobia	pesquisa	ator	vez
documento	família	apresentar	tornar	tempo	ocorrer
ainda	sobretudo	teórico	texto	argumento	ideológico
setor	fundamenta l	governo	escola sem partido	influência	política
trabalho	identificar	discussão	ensino	processo	artigo
elaboração	gênero	público	sexualidade	laico	também
resultado	tratar	atual	legislativo	agente	diretor

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Google Acadêmico e Web of Science.

Chama atenção a concentração das análises no contexto brasileiro, inexistindo no *corpus* analisado trabalhos de caráter comparado. Essa é uma lacuna importante, dado o caráter transnacional dos movimentos antigênero e, como aponta a publicação organizada por Kovátz e Pöim (2015), a existência de redes entre pessoas, movimentos e manifestações, em que há circulação de pessoas, textos e documentos entre diferentes países; a existência de retórica, fundações intelectuais e repertórios de ação comuns e o compartilhamento de material de divulgação/mobilização. Apesar de já existirem iniciativas voltadas ao desenvolvimento de pesquisas comparadas, vide o esforço importante do Observatório de Sexualidade e Política⁷, essas ainda não se disseminaram no campo acadêmico brasileiro, como indicam os dados analisados.

Os dados também mostram que as publicações se concentram nas políticas educacionais, mais propriamente o Plano Nacional e Planos Municipais de Educação e o projeto Escola sem Partido, o que converge com a literatura apresentada anteriormente, a respeito do contexto que levou à emergência dos movimentos antigênero no Brasil (Subcorpus A1, Classe 6). Isso também indica que a maior parte dos textos se baseia em estudos de caso de escopo nacio-

pus são Lima e Hypolito (2019), Lima (2015), Reis e Eggert (2017), Seffner e Pichetti (2016), Coelho (2017), Luna (2017) e Freire (2018). Esses trabalhos têm como objeto reformas educacionais, como a implantação da Base Nacional Comum Curricular ou os Planos de Educação, havendo ainda um trabalho que se concentra nas tensões entre gênero e a doutrina católica e advoga uma conciliação entre essas perspectivas (LIMA, 2015) e outro que tem como objeto os debates sobre diversidade sexual da Câmara dos Deputados em 2015 (LUNA, 2017), que incluem a discussão do Plano Nacional de Educação, além de temas como aborto.

O caráter qualitativo das análises é reforçado pelas palavras mais frequentes no Subcorpus A2, formado pelas Classes 4 e 5, como *análise do discurso* e *teórico*. Esse subcorpus também apresenta termos que se relacionam ao conteúdo das mobilizações antigênero, que podem ser pensadas como reação às conquistas de direitos por determinados grupos sociais. As palavras *sexo*, *natureza*, *mulher*, *homem*, *construção*, *família* e *gênero* se referem aos argumentos acionados por tais movimentos, relacionados a controvérsias em torno do sexo, marcadas pela tensão entre a defesa da natureza, pensada como criação divina e, portanto, imutável e inquestionável, e

⁷ Ver: <https://sxpolitics.org/GPAL/>. Acesso em 11mar2021. Ver: <https://sxpolitics.org/GPAL/>. Acesso em 11mar2021.

a denúncia do gênero como conceito que define que mesmo o sexo é fruto de construção social e histórica e as disputas em torno da categoria família, elementos centrais na unificação do ativismo antigênero, segundo Kuhar e Patternotte (2017), que se relacionam com dois dos Ns apontados pelos autores, a saber, natureza e normalidade.

Os artigos mais representativos da Classe 4 são Balieiro (2018), Daltoe e Ferreira (2019), Machado (2018), Maia e Machado (2019), Sepúlveda e Sepúlveda (2016) e Silva (2018). Já para a Classe 5, os artigos mais representativos são Rios e Resadori (2018) e Rosado-Nunes (2015). Ainda que a maioria dos documentos analisados tenha como objeto a educação, como no Subcorpus A1, nesse subcorpus as análises se concentram na análise do projeto Escola sem Partido, que foi impulsionado pelos movimentos antigênero, a partir da equivalência entre doutrinação e educação sexual, como se vê nos trabalhos de Daltoe e Ferreira (2019) e Sepúlveda e Sepúlveda (2016). Há também maior diversidade de temas, incluindo a chamada “cura gay” (MAIA E MACHADO, 2019) e sua relação com a atuação de profissionais da Psicologia, duas publicações que tratam da “ideologia de gênero” como fenômeno, enfocando os significados da expressão “ideologia de gênero” em artigos acadêmicos (SILVA, 2018) os efeitos desse movimento em relação aos direitos humanos (RIOS E RESADORI, 2018) e dois artigos que tratam do ativismo religioso antigênero no legislativo (ROSADO-NUNES, 2015; MACHADO, 2018).

O Subcorpus A3, correspondente à Classe 1, traz os objetivos dos textos analisados, o que pode ser notado pelos infinitivos verbais como *abordar*, *utilizar*, *partir* e também traz termos que se referem aos objetos empíricos *escola sem partido*, *ensino*, *sexualidade e legislativo*. Não foram identificados artigos representativos dessa Classe/Subcorpus.

Finalmente, o Subcorpus B, formado pelas classes 2 e 3, traz elementos referidos aos objetos empíricos analisados, como *plano municipal de educação*, *política*, *escolar* e às estratégias dos movimentos antigênero, como *pânico moral*. Para a Classe 2, os artigos mais representativos foram Corrêa (2018), Da Silva e Do Nascimento (2019), Macedo (2017), Valente et. al. (2018), Vargas et. al. (2017), Aragusuku (2020) e Guimarães (2020). Para a Classe 3, foram identificados como mais representativos Borges e

Borges (2018), Da Silva et. al. (2019), Katz e Mutz (2017) e Miskolci e Campana (2017).

Esse Subcorpus inclui trabalhos que tratam de planos municipais e estadual de educação (VARGAS et. al., 2017; BORGES E BORGES, 2018), do projeto Escola sem Partido (MACEDO, 2017; KATZ E MUTZ, 2017), um trabalho que trata do ativismo evangélico (DA SILVA E DO NASCIMENTO, 2019), três artigos que fazem uma análise histórica sobre a emergência do termo “ideologia de gênero” (MISKOLCI E CAMPANA, 2017; CORRÊA, 2018; ARAGUSUKU, 2020), duas publicações que apresentam uma discussão sobre teorias de gênero (VALENTE et. al., 2018; GUIMARÃES, 2020) e um trabalho em que se analisa os impactos dos movimentos antigênero no trabalho docente (DA SILVA et. al., 2019).

Os resultados acima indicam que o estado da arte sobre “ideologia de gênero” no Brasil acompanha os debates públicos sobre o tema, concentrando-se nas disputas relacionadas às políticas educacionais, notadamente os planos de educação que foram debatidos em 2014 e 2015. Esse recorte implica em um foco na atuação de atores políticos, especialmente aqueles vinculados ao poder legislativo em diferentes níveis da administração pública. Ainda, há importantes trabalhos de caráter histórico e/ou genealógico, que permitem compreender como o termo emergiu no cenário brasileiro e latino-americano. Há outros trabalhos que se voltam ao ativismo religioso e sua relação com o ativismo antigênero, ou que tratam da doutrina católica, tensões e possíveis acomodações com relação aos estudos de gênero. Há ainda trabalhos que têm como objetivo explicitar pressupostos dos estudos de gênero e analisá-los à luz dos movimentos antigênero. Os achados aqui apresentados convergem com aqueles identificados na literatura internacional sobre o tema (KÓVATZ E PÕIM, 2015; KUHAR E PATTERNOTTE, 2017).

Considerações finais

Nesse artigo desenvolvemos um estado da arte sobre “ideologia de gênero” em publicações nacionais. A partir da técnica de análise de conteúdo, analisamos cinquenta e seis publicações em periódicos nacionais classificados no estrato A do Qualis unificado, no período de 2014 a 2020. Apesar das limitações derivadas das escolhas metodológicas reali-

zadas para a construção da pesquisa, a análise permitiu encontrar resultados relevantes, apresentados de forma sintética a seguir.

Os resultados indicam que o estado da arte sobre ideologia de gênero no Brasil se concentra na incidência de movimentos antigênero em reformas e políticas educacionais, como os planos de educação, a implementação da Base Nacional Comum Curricular e o projeto Escola sem Partido, o que reforça o caráter mais recente dos objetos investigados e das publicações analisadas. Ainda, há iniciativas importantes no sentido de traçar genealogias do ativismo antigênero organizado partir do sintagma “ideologia de gênero”. Há também, ainda que de forma residual, trabalhos que conectam o ativismo antigênero com temas como aborto e “cura gay”.

As publicações analisadas possuem caráter eminentemente qualitativo, mobilizando técnicas como análise do discurso ou análise de conteúdo. Há também abordagens de cunho teórico e outras de caráter histórico ou genealógico. Não há trabalhos comparados, à exceção daquele desenvolvido por Miskolci e Campana (2017), que trazem um panorama sobre a emergência da “ideologia de gênero” na América Latina. Diante desse cenário, argumentamos que é importante desenvolver pesquisas de caráter comparado, uma vez que a literatura internacional já identificou que o ativismo antigênero possui caráter transnacional e que suas estratégias político-discursivas, bem como atores-chave na sua difusão “viajam” e ultrapassam fronteiras nacionais. Trabalhos comparados permitiriam, portanto, estabelecer um retrato mais complexo e apurado dos movimentos contra a “ideologia de gênero”.

Importante atentar para os limites da investigação que deu origem aos resultados aqui apresentados. Um primeiro limite se refere à não inclusão de teses e dissertações, o que permitiria apresentar um estado da arte mais completo e complexo. Um segundo limite se refere às escolhas metodológicas, notadamente a opção por realizar a análise de conteúdo considerando apenas os resumos dos artigos incluídos na amostra. Certamente, essa estratégia pode implicar em perda de informações e complexidade, mas acreditamos que os resultados apresentados contribuem para explicitar as principais características da produção sobre o tema.

Por fim, consideramos ser importante arti-

cular as pesquisas mais recentes sobre “ideologia de gênero” com discussões anteriores sobre ativismo antigênero no Brasil, incorporando pesquisas sobre as reações aos avanços e debates sobre direitos sexuais e reprodutivos, “cura gay” e união civil de pessoas do mesmo sexo, por exemplo. Isso permitiria explicitar as relações entre atores, arenas e discursos, além de lançar luz sobre diferentes repertórios de ação utilizados por tais movimentos em distintos contextos e períodos da história nacional. Essa abordagem também contribuiria para compreender melhor o recurso ao “gênero” como “cola simbólica”, que fomentou e unificou movimentos conservadores, neoconservadores e/ou reacionários, com programas políticos populistas, com o avanço da extrema-direita e da agenda neoliberal no país, como apontam as análises de Kováts e Põim (2015) Kuhar e Patternotte (2017) para o contexto europeu.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, R. de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 50, 2017.
- CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013.
- CERVI, Emerson U. Análise de conteúdo automatizada para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica. **Anais. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 42, 2018 Caxambu. Anais [...]. São Paulo: Anpocs, 2018.
- CORREA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. Cadernos Pagu, Campinas, n. 53, e185301, 2018.
- FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2005.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação & sociedade, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária—ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, Paula Regi-

na Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **Debates contemporâneos sobre Educação para Sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, p. 25-52, 2017.

KOVÁTS, Eszter; PÕIM, Maari. **Gender as symbolic glue**. Budapest, Foundation for European Progressive Studies, 2015.

KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (Ed.). **Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing against equality**. Rowman & Littlefield, 2017.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. *Cadernos Pagu*, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, 2018.

MEDEIROS, João Bosco. **A prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2000.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, p. 101-128, 2007.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, p. 725-748, 2017.

PETÓ, Andrea. Epilogue: “anti-gender” mobilisational discourse of conservative and far right parties as a challenge for progressive politics. In: KOVÁTS, Eszter; PÕIM, Maari. **Gender as symbolic glue**. Budapest, Foundation for European Progressive Studies, 2015.

QUINSAN, Bruna C. Em defesa das crianças? A instrumentalização da democracia no discurso antigênero na Câmara dos Deputados e em espaços religiosos. Dissertação. Universidade Federal de São Carlos. 2021.

REZENDE, Daniela Leandro; ÁVILA, Luciana Beatriz; TEIXEIRA, Camila Olívia. Cidadania religiosa e movimentos antigênero na Câmara dos Deputados brasileira: uma análise dos discursos de legisladores/as, 2014-2017. *Contemporânea*, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 585-612, 2020.

ROSADO-NUNES, Maria José. O Papa Francisco e a condenação da “ideologia de gênero”. *Anais. Encontro Anual da Anpocs*, 41, 2017, Caxambu.

DE OLIVEIRA SALVADOR, Pétala Tuani Candido et al. Uso do software iramuteq nas pesquisas brasileiras da área da saúde: uma scoping review. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 31, 2018.

SILVA, Ivanderson Pereira da. Em busca de significados para a expressão “ideologia de gênero”. *Educação em Revista*, v. 34, 2018.

Lista de referências analisadas

ARAGUSUKU, Henrique Araujo. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. *Agenda Política*, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 106-130, 2020. <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/310> Acesso em 15 mar. 2021.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 53, e185306, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200406&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2021. Epub June 11, 2018. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530006>.

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100231&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2021. Epub July 26, 2018. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230039>.

BRANDAO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. “Não é competência do professor ser sexólogo” O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 100-123, Apr. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892018000100100-&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Mar. 2021. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28265>.

- CARVALHO, Marcos Castro; SIVORI, Horacio Federico. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 50, e175017, 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200310&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2021. Epub Dec 18, 2017. <https://doi.org/10.1590/18094449201700500017>.
- CESAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 66, p. 141-155, Dec. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000400141-&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.54713>.
- COELHO, Fernanda MF. Ideologia de gênero: os porquês e suas consequências no contexto do Plano Nacional de Educação Brasileiro 2014-2024. *Mandrágora*, v. 23, n. 2, p. 247-279, 2017. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/8377>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, e185301, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200401&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2021. Epub June 11, 2018. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530001>.
- DA SILVA SANTOS, Sharlys Jardim; DE SOUZA AMARAL, Shirlena Campos. Escola sem homofobia: analisando um discurso da ideologia de gênero. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, n. 63. 2015. Disponível em: <<https://www.filologia.org.br/rph/ANO21/63supl/060.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- DA SILVA, João Borges; DO NASCIMENTO, Juscelino Francisco. Análise da ideologia evangélica conservadora do pastor silas malafaia em relação à abordagens sobre ideologia de gênero pela disney em seus desenhos. *Cadernos Cajuína*, v. 4, n. 1, p. 232-246, 2019. Disponível em: <<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/256>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- DA SILVA, Adan Renê Pereira; DAS NEVES, André Luiz Machado; DO NASCIMENTO MASCARENHAS, Suely Aparecida. Relações de gênero e diversidade sexual na escola: a docência na minimização de preconceitos em tempos de “ideologia de gênero”. *Educação, Ciência e Cultura*, v. 24, n. 3, p. 33-48, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/5507>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- DALTOE, Andréia da Silva; FERREIRA, Ceila Maria. IDEOLOGIA E FILIAÇÕES DE SENTIDO NO ESCOLA SEM PARTIDO. *Ling. (dis)curso*, Tubarão, v. 19, n. 1, p. 209-227, Jan. 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322019000100209-&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2021. Epub May 27, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-4017-190105-do0519>.
- DE ALBUQUERQUE MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg. “Matando uma leoa por dia”: ideologia de gênero e de gênese na “cura” de travestis. *Correlatio*, v. 17, n. 2, p. 107-148. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/COR/article/view/9298>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- DE ALBUQUERQUE MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional. *Correlatio*, v. 17, n. 2, p. 65-90. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/COR/article/view/9299>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- DE CÁSSIA PORTELLA, Rita; DA SANTAIA-NA, Rochele. Relações entre “ideologia de gênero” e assédio: o poder dos discursos na constituição de comportamentos. *Educação, Ciência e Cultura*, v. 24, n. 3, p. 79-90, 2019. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/5598>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- DE SOUZA, Sandra Duarte. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. *Estudos de religião*, v. 28, n. 2, p. 188-204, 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6342496>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- DOS SANTOS, Micael Carvalho. A educação musical na base nacional comum curricular (bncc)-ensino médio: teias da política educacional curricular pós-golpe 2016 no Brasil. *Revista da ABEM*, v. 27, n. 42, 2019. Disponível em: <<http://abemeduacaomu>>.

- sical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revista-abem/article/view/799>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- FRAGA, Melina Costa Lima; SOUZA, Ana Paula Abrahamian de. Uma análise da produção discursiva generificada no “escola sem partido”. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 50, n. 176, p. 375-395, June 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742020000200375&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Mar. 2021. Epub Sep 07, 2020. <https://doi.org/10.1590/198053147040>.
- FREIRE, Priscila. ‘Ideologia de gênero’ e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo. *Ex aequo*, Lisboa, n. 37, p. 33-46, jun. 2018. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874=55602018000100004-&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 mar. 2021. <http://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2018.37.03>.
- GUILHERME, ALEXANDRE ANSELMO; PICOLI, BRUNO ANTONIO. Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 23, e230042, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100234&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2021. Epub July 26, 2018. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230042>.
- GUIMARÃES, Géssica. Teoria de gênero e ideologia de gênero: cenário de uma disputa nos 25 anos da IV Conferência Mundial das Mulheres. *Revista Tempo e Argumento*, v. 12, n. 29, p. 0107, 2020. <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0107> Acesso em 15 mar. 2021.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 15 mar. 2021.
- KATZ, E. P.; MUTZ, A. S. da C. Escola sem partido – produção de sentidos e disputas em torno do papel da escola pública no Brasil. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 19, p. 184–205, 2017. DOI: 10.20396/etd.v19i0.8647835. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647835>. Acesso em: 25 mar. 2021.
- LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 45, e190901, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100567&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2021. Epub Aug 15, 2019. <https://doi.org/10.1590/s1678-463420194519091>.
- LIMA, Luís Corrêa. Estudos de gênero versus ideologia: desafios da teologia. *Mandrágora*, v. 21, n. 2, p. 89-112, 2015. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MA/article/view/6117>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- LIONCO, Tatiana et al. Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 599-621, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 mar. 2021.
- LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, e175018, 2017.
- MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, June 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200507&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017177445>.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 26, n. 2, e47463, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104=026-2018000200212X&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Mar. 2021. Epub June 11, 2018. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463>.
- MAIA, G.; MACHADO, M. L. Psicologia e ideologia de gênero. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 3, p. 558 - 583, 19 dez. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3690/0>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

- MANO, Máira Kubík. As mulheres desiludidas: de Simone de Beauvoir à “ideologia de gênero”. *Cad. Pagu* [online]. 2019, n.56 [cited 2020-06-05], e195624. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332019000200309&lng=en&nrm=iso>. Epub Feb 03, 2020. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/18094449201900560024>. Acesso em 15 mar. 2021.
- MARAFON, Giovanna. Análises críticas para desmontar o termo “ideologia de gênero”. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 117-131, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 mar. 2021.
- MARANHÃO FO., E. M. DE A.; DE FRANCO, C. “Menino veste azul e menina, rosa” na Educação Domiciliar de Damares Alves: As ideologias de gênero e de gênese da “ministra terrivelmente cristã” dos Direitos Humanos. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 12, n. 35, 8 jul. 2019. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/48106>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- MATTOS, Amana Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 573-586, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 mar. 2021.
- MELO, Flávia. Não é fumaça, é fogo! Cruza da antigênero e resistências feministas no Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 28, n. 3, e72564, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000300502&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Mar. 2021. Epub Dec 09, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n372564>.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à ideologia de gênero”-Escola Sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro. *Revista Direito e práxis*, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688019.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Soc. estado.*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, Dec. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000300725&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.
- MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Educação e saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 23, p. e180353, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.180353>>. Epub 13 Jun 2019. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/Interface.180353>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 53, e185302, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200402&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Mar. 2021. Epub June 11, 2018. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530002>.
- MOREIRA, Jasmine; CESAR, Maria Rita de Assis. Ideologia de Gênero: uma metodologia de análise. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 44, n. 4, e86456, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000400610&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Mar. 2021. Epub Nov 28, 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-623686456>.
- NERY, Lucina Fernandes. Relações dialógicas e valorização nos discursos contra a ideologia de gênero: entre a liberdade de expressão e a religião. *Revista Diálogos*, v. 7, n. 3, p. 117-133, 2019. Disponível em: <<http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/7215>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Judith Butler e a pomba-gira. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 53, e185304, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200404&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Mar. 2021. Epub June 11, 2018. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530004>.
- RAMALHO, Carla Chagas; VIEIRA, José Jairo. Do

Projeto de Lei 8.035/2010 à Lei 13.005/2014: a inviabilização da temática gênero. *TEXTURA-Revista de Educação e Letras*, v. 21, n. 48, 2019. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5254>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, v. 38, p. 09-26, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/873/87350459002.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

RIBEIRO, Edméia Aparecida. “Ideologia de gênero”: ofensiva reacionária, pânico e cruzada moral no México (2016). *Antíteses*, [S.l.], v. 12, n. 24, p. 488-516, dez. 2019. ISSN 1984-3356. Disponível em: <<http://srv-009.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/38184>>. Acesso em: 15 mar. 2021. doi:<https://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2019v12n24p488>.

RICHARTZ, Terezinha. É possível uma escola neutra? Os paradoxos discursivos da ideologia de gênero no Plano Municipal de Educação. *Revista Educação e Linguagens*, v. 6, n. 10, 2017. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/view/1564>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

RIOS, Roger Raupp; RESADORI, Alice Hertzog. Gênero e seus/suas detratores/as: “ideologia de gênero” e violações de direitos humanos. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 622-636, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 mar. 2021.

RIOS, Roger Raupp et al. Laicidade e Conselho Federal de Psicologia: dinâmica institucional e profissional em perspectiva jurídica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n. 1, p. 159-175, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5914523>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ROSADO-NUNES, M. J. F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE. A intervenção da hierarquia católica. *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, 30 set. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/9499>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ROSSI, Jean Pablo Guimarães; PATARO, Ricar-

do Fernandes. A “lei da mordada” na literatura científica: um estado da arte sobre o movimento escola sem partido. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 36, e221565, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982020000100249&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Mar. 2021. Epub Aug 14, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698221565>.

SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável?. *Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 61-81, abr. 2016. ISSN 1982-9949. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6986>>. Acesso em: 15 mar. 2021. doi:<https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.6986>.

SEPULVEDA, José Antonio Miranda; SEPULVEDA, Denize. O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. *Revista Teias*, v. 17, n. 47, p. 141-154, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24767>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SILVA, Ivanderson Pereira da. Em busca de significados para a expressão “ideologia de gênero”. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 34, e190810, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100186&lng=en&nrm=iso>. access on 15 mar. 2021. Epub Dec 13, 2018. <https://doi.org/10.1590/0102-4698190810>.

STORTO, Letícia Jovelina; ZANARDI, Reinaldo César. Análise discursiva de governo coloca ideologia de gênero no enem do pastor silas malafaia: discurso político, da natureza e de ódio. *Ling. (dis)curso*, Tubarão, v. 19, n. 3, p. 383-400, Dec. 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322019000300383-&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2021. Epub Nov 25, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-4017-190302-4918>.

VALENTE, Márcio Bruno Barra; SORDI, Bárbara Araújo; LIMA, Maria Lúcia Chaves. Performances ou ideologia de gênero? Uma aproximação ao pensamento de Judith Butler. *Barbarói*, v. 1, n. 51, p. 1-20, 2018. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/12187>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

VARGAS, Myriam Aldana; CAVAGNOLI, Murilo;

CATTANI, Daian. Relações de gênero ou ideologia de gênero?(Im) possibilidades democráticas no debate (a) político sobre o plano municipal de educação de Chapecó (SC). Revista Fórum Identidades, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/6220>>. Acesso em: 15 mar. 2021.